

The background features several abstract blue line drawings. At the top, there are three separate curved lines, each with two solid blue dots. In the center, a larger curved line connects two circular motifs. Each motif consists of a solid blue dot surrounded by a dashed blue circle. At the bottom left, another similar motif is shown. The overall design is clean and modern, using a monochromatic blue color scheme.

**A pesquisa e o ensino em  
Arquivologia:**

**Perspectivas  
na era digital**

**Organizadores:**

Thiago Henrique Bragato Barros

Roberto Lopes dos Santos Jr

Gilberto Gomes Cândido

**THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS**  
**ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR**  
**GILBERTO GOMES CÂNDIDO**  
**Organizadores**

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA  
DIGITAL**



**BELÉM, PA**  
**2019**

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

### **Comissão Organizadora**

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)  
Robero Lopes dos Santos Jr  
Gilberto Gomes Cândido

### **Presidente da Comissão Científica**

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

### **Conselho Editorial/Comissão Científica**

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

**Coordenação Editorial:** Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

**Capa:** Máira Fernandes Alencar

**Revisão textual:** os autores

---

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital  
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.  
324: il.

Livro eletrônico.

978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

---

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

## PREFÁCIO

A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), trata-se acima de tudo de um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia. Um espaço construído e conquistado por essa comunidade que, apresenta em sua sexta edição indícios de sua consolidação. Assim, desde seu primeiro encontro tem procurado, discutir, evidenciar e trabalhar os principais aspectos da pesquisa e do ensino em Arquivologia, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do VI Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia na Universidade Federal do Pará, sob o tema “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital” ocorrida em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Arquivologia, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visou discutir perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e pesquisa, consolidando a Arquivologia em uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos evidenciados em conceitos como “arquivística pós-custodial” e “Arquivística pós-moderna”, expandindo as visões gerenciais e históricas vigentes no campo desde a segunda metade do século vinte. Seja no âmbito teórico, profissional, mas, principalmente, no ensino e pesquisa, a Arquivologia busca novas metodologias, interpretações e abordagens que permitam sua constante renovação e adaptação a esse cenário complexo que, de forma incessante, desafia a área no atual cenário.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões no âmbito da pesquisa e do ensino, sinalizando a consolidação do motivo pela qual a REPARQ foi criada.

Agradecemos também aos apoios da CAPES, UFPA e Fadesp para a realização do evento.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

**Thiago Henrique Bragato Barros**

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Pará

Novembro/2019

## SUMÁRIO

---

### *A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um*

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).....	9- 19
A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ .....	20- 29
Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis .....	30- 40
Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde .....	41- 48
Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação .....	49- 57
Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal .....	58- 68
Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa .....	69- 79
A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções .....	80- 90
A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia .....	91- 96

---

### *Tendências da preservação eletrônica e digital*

Diplomática Digital: uma nova abordagem? .....	98- 107
Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos .....	108- 116

---

### *Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado*

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro .....	118- 127
Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente .....	128- 135
Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS .....	136- 146
A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança .....	147- 156
Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos .....	157-172
Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas .....	173- 183

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental .....	<b>184- 194</b>
--	-----------------

---

***Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea***

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência .....	<b>196- 203</b>
Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades .....	<b>204- 212</b>
Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros .....	<b>213- 220</b>

---

***Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira***

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) .....	<b>222- 232</b>
A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos .....	<b>233- 242</b>
A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação ...	<b>243- 250</b>
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos .....	<b>251- 260</b>
O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES .....	<b>261- 269</b>
Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado .....	<b>270- 278</b>
(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG..	<b>279- 288</b>
Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa.....	<b>289- 303</b>
A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa .....	<b>304- 314</b>
Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência .....	<b>315- 325</b>

---

# **A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um**

*Archival Research in the 21st Century*

---



# Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis

*Classification, description and indexing in archives: possible differences and approaches*

**Raquel Luise Pret (1), Rosa Inês de Novais Cordeiro (2)**

(1) Universidade Federal Fluminense (UFF), Rua Lara Vilela, 126 – São Domingos – Niterói/RJ – Cep: 24210-590,  
 raquelpret@id.uff.br; rosanovais@id.uff.br

## Resumo

**Introdução:** A classificação e a descrição arquivísticas são funções que possuem sua constituição, seus princípios e suas aplicações vinculadas ao campo da Arquivologia. A indexação, como outro processo de análise conceitual e representação de documentos e de suas informações, possui uma trajetória diferente, no entanto, é uma prática encontrada usualmente nos arquivos. **Objetivos:** analisar os processos de classificação, descrição e indexação no âmbito dos arquivos, considerando suas aproximações e especificidades. **Metodologia:** a partir de uma exaustiva revisão de literatura dos três processos na área da Arquivologia e na teoria da indexação, percebendo inclusive suas formações históricas e sociais, o trabalho chega às delimitações de cada processo. **Resultados e conclusões:** a classificação e a descrição arquivísticas firmaram-se como funções com especificidades próprias capazes de manter os princípios da proveniência e da ordem original e contribuir para o acesso aos documentos dos arquivos. A classificação arquivística permite a compreensão do universo documental do produtor por evidenciar os vínculos arquivísticos entre os documentos. Já a descrição registra as manipulações que o documento de arquivo foi sofrendo ao longo de sua existência. A indexação por sua construção teórica e aplicações está vinculada à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação. A análise conceitual dos documentos e a tradução de seus assuntos revelam-se como um importante processo de representação dos documentos de arquivo em suas diferentes fases.

**Palavras-chave:** Arquivos; Classificação; Descrição; Indexação

## Abstract

**Introduction:** The archival classification and description are functions that belong to Archival Science because of their constructions, principles and applications. The indexing, as another process about conceptual analysis and representation of documents and their information, has different path, however, it is a practice has been found in archives. **Objectives:** To analyze classification, description and indexing within the archives, not only, but also their approaches and specificities. **Methodology:** This research is based on an exhaustive literature review in Archival Science field and Indexing Theory about the three processes, including their historical and social formations, this work aims to show the delimitations about each processes. **Results and conclusions:** the archival classification and description became functions whose specificities might guarantee the principles of provenance and of respect for original order and contribute to the access to archive documents. The archival classification allows the understanding of the producer's documentary universe because it shows the archival bonds between the documents. Regarding the description, it records the manipulations that archive document has been suffered along its existence. The indexing, because of its theoretical construction and applications, is associated with Library, Documentation and Information Sciences. The conceptual analysis of documents and the translation of their subjects present themselves as a important process to represent archive documents in their different phases.

**Keywords:** Archives; Classification; Description; Indexing.

## 1 Introdução

A Arquivologia, como área do conhecimento, desenvolveu, ao longo da formação do seu campo, funções que pudessem garantir o respeito aos princípios basilares que constituem os arquivos e ao mesmo tempo que possibilitassem a organização e representação dos seus documentos.

Assim, conforme pode-se constatar em boa parte da literatura fundadora da área, a classificação e a descrição arquivísticas firmaram-se como funções com especificidades próprias capazes de manter os princípios da proveniência e da ordem original e, com o passar do tempo, acentuar a possibilidade de acesso aos

documentos dos arquivos. A classificação arquivística permite a compreensão do universo documental do produtor por evidenciar os vínculos arquivísticos entre os documentos. Já a descrição arquivística, por meio da produção de instrumentos de pesquisa, em especial nos arquivos permanentes, cuja fonte remonta a prática arquivística, permite não somente o acesso do documento de arquivo, mas registra e auxilia a compreender as formas que foi se formando ao longo de sua existência.

A indexação não faz parte das funções arquivísticas, embora a sua essência esteja no fazer de alguns dos instrumentos de pesquisa, como, por exemplo, no índice. Sua formação histórica-social, construção teórica e

análises de aplicações estão vinculadas à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação. Embora haja uma literatura escassa no campo da Arquivologia acerca da indexação em arquivos, esse processo tem sido bastante utilizado na representação do conteúdo dos documentos de arquivo, visando a sua recuperação futura.

A preocupação com o contexto de produção documental no fazer arquivístico justifica-se pela relação orgânica entre estes e as atividades da entidade que os originaram. Na maioria das vezes, a atividade de uma entidade produtora não é exercida em um único ato, há inúmeros processos para o desenvolvimento desta, incluindo inúmeras ações e atividades. Os documentos, além das atividades e das funções, fazem parte da vida da instituição produtora, estão no cotidiano de seus produtores. Por estes usos dos documentos de arquivo, por esta relação mutuamente constitutiva entre os documentos e as atividades é que a classificação e a descrição arquivísticas mantêm o contexto de produção dos documentos de arquivo em seus processos. Estas operações elicitam tais vínculos.

Outrossim, considerando os cenários nos quais a indexação se estabelece, observa-se a não vinculação da técnica com a representação do contexto de produção documental, apesar de poder incorporar em suas atividades estas informações para melhor traduzir o documento e situar os usuários dos arquivos. O objetivo da indexação é representar, a partir da análise dos conceitos dominantes no documento ou no conjunto documental, aqueles que declararão os assuntos dos registros, considerando seus potenciais de uso para sua comunidade.

Portanto, a partir da revisão literária no campo da Arquivologia e na teoria da indexação, procuramos refletir sobre as aproximações e diferenças entre a classificação, a descrição e a indexação nos arquivos. Os resultados serão apresentados ao longo das seções, sendo cotejados com a literatura e com as análises conclusivas sobre tais processos. Este artigo apresenta resultados parciais da tese de doutorado.

## 2 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho busca pontos de tangência entre os conceitos de classificação, descrição e indexação nos arquivos. A análise não justapõe tais processos, mas procura compreender quais são suas especificidades e suas zonas de contato relativos à organização dos documentos de arquivo e à representação de suas informações.

Este artigo tem por base parte de pesquisa de doutorado concluída, na qual realizou-se na primeira fase do estudo uma pesquisa bibliográfica exaustiva no campo da Arquivologia, relacionando-a com outras áreas de

interlocução com o objetivo de melhor delinear os processos de classificação, descrição e indexação.

A partir da revisão de literatura, procuramos realizar uma cartografia indicial, apresentando a formação histórica, as abordagens desses processos pela teoria arquivística e da indexação, além da discussão e indicativos do tema nas normas arquivísticas.

## 3 A classificação arquivística

Admite-se que toda classificação é arbitrária. Nos arquivos, a classificação é uma função que possui uma lógica completamente distinta da ideia de coleção e de apagamento, aliás, o processo de classificação é de grande importância na organização dos arquivos justamente por seu compromisso em manter o contexto dos documentos desde sua produção e os vínculos entre eles. A condição da existência do documento de arquivo é a manutenção de sua própria organicidade.

De acordo com Cortés Alonso (2008), os documentos de arquivo, resultado da atividade humana, testemunho e informação da vida dos homens, são unidades que apresentam peculiaridades muito concretas, distintas de outras espécies de documentos (bibliográficos, arqueológicos, artísticos) e tais características fazem que seu tratamento deva atendê-las. Por esta razão, a classificação precisa manter as marcas resultantes da atividade pública ou privada que gerou o registro, que o circunscreve totalmente enquanto a sua configuração e que, atenta a essa atividade, o faz semelhante aos que como resultado da mesma atividade se vão produzindo no espaço e no tempo.

Tal condição, dependente dos atos jurídicos, administrativos, comerciais, fiscais, familiares, dentre outras atividades que os homens vão desenvolvendo através dos anos, dos séculos, faz com que os documentos apresentem outra característica muito particular, a de constituir séries de unidades relacionadas entre si por algum elemento, que as convertem em conjuntos orgânicos facilmente identificáveis e, portanto, formando unidades complexas de documentos.

Não existe documento de arquivo se o seu contexto de produção não for preservado. A classificação facilita a compreensão das dinâmicas em que os documentos, as ações, os agentes e suas relações participaram. Ao contrário das classificações nas unidades de informação bibliográficas, nos arquivos não é uma possibilidade o apagamento de todos os trâmites sofridos pelo documento para o estabelecimento de uma ordem por assunto. A meta principal da classificação em arquivos é justamente garantir a rede de mediações que o documento participou ou ainda participa ao longo de sua existência.

Cortés Alonso (2008, p. 412, tradução nossa) afirma que "se reunimos os documentos produzidos por um só indivíduo ou instituição ao longo de sua vida ativa, o resultado documental de uma existência longa ou curta, simples ou com grandes variações de atuação, teremos o que chamamos de arquivo" Dessa maneira, o documento de arquivo para se configurar como tal precisa manter a sua organicidade.

Segundo Sousa (2005), a classificação é a função matricial nos arquivos, pois é ela que dá sentido e preserva o caráter orgânico do conjunto documental. Esta perspectiva coaduna com a compreensão de que é preciso preservar o contexto do documento na classificação, pois ela acaba por revelar a própria condição do documento de arquivo: a de mediador de relações sociais.

Para Reed (1997), os documentos são agentes de ação, ativos participantes nos processos de trabalho e que só podem ser descritos se pensarmos nas séries de interações que eles participam. A classificação é a função que garantirá a identificação desses processos de trabalho com os documentos produzidos no seu desenvolvimento.

Na literatura da Arquivologia, atenta-se para a recorrência de autores que compartilham desta visão acerca do processo de classificação, estes advertem que por seu compromisso com o contexto é que, em seu processo, a classificação é capaz de garantir os princípios da proveniência e da ordem original.

Cruz Mundet (1994, p.239) define que "classificar consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo mediante grupos ou classes, desde os mais amplos aos mais específicos, de acordo com os princípios de proveniência e ordem original". Lopes (1996) estabelece que os princípios de proveniência e ordem original incidem diretamente sobre a função da classificação, eles fundamentam tal processo e servem para definir estratégias nestes esquemas. Duchein (1986) alega que a separação dos documentos provenientes de um organismo e a integridade interna de um fundo são os princípios basilares que devem guiar a classificação. Essa manutenção da estrutura interna, nomeada de princípio da proveniência, e problematizada por Duchein em sua aplicação na classificação, corresponde "a manutenção dos traços gerais com a organização da administração da qual o arquivo provém" (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1986, p. 23).

Lodolini (1993), ao abordar a classificação dos documentos de arquivo por séries, afirma que esta é uma prática existente na Itália desde o século XVII e consistia em agrupar os documentos por matérias de competência de cada instituição descritas em um quadro chamado *titulario*. Heredia Herrera (1991) descreve que o respeito ao princípio da proveniência acontece em dois níveis: o primeiro trata-se da identificação da estrutura

ou do funcionamento da entidade produtora; o segundo corresponde a identificação das séries documentais, que de acordo com a mesma, são os testemunhos das atividades realizadas naquela estrutura. Então, a classificação dos documentos de arquivo é a organização hierárquica de séries documentais vinculadas às funções desenvolvidas pela entidade produtora ao longo de sua existência.

De acordo com Foscarini (2009), a prática da classificação de documentos vem da necessidade de tornar explícito o vínculo arquivístico entre os documentos. Este vínculo existe entre todos aqueles registros que participam da mesma atividade, desde o momento da criação destes. Através do ato de classificação, a rede de relações inerentes à natureza de qualquer documento não é somente revelada, mas também é consolidada e perpetuada por ser registrada.

Deste modo, o significado de cada documento em relação a todos os outros, bem como a estrutura do conjunto de documento (isto é, o fundo arquivístico) pode ser compreendida e transmitida ao longo do tempo (FOSCARINI, 2009, p. 28). A autora defende ainda um cuidadoso estudo sobre as atividades e as funções da entidade produtora dos documentos para a construção do sistema de classificação no arquivo.

O que distingue um arquivo (no sentido de uma pluralidade de documentos) como um todo orgânico, ou *universitas rerum*, ou seja, uma entidade estruturada, são as circunstâncias contingentes da sua criação, a partir da formação de um mero conjunto ou soma de itens únicos, unidos artificialmente para a realização de quaisquer fins. Este link incremental é original e necessário (conhecido como "vínculo arquivístico"), ele existe entre todos os documentos que pertencem juntos ao mesmo processo, porque eles são originados durante, e em virtude da mesma atividade ou processo de negócios (FOSCARINI, 2009, p.28, tradução nossa)

A classificação nos arquivos serve, sobretudo, para a instituição produtora compreender seu universo documental e as ações, atividades e funções amalgamadas pelos documentos. O compromisso da classificação arquivística não é com o conteúdo do documento, em sua unidade, mas sim com seus vínculos arquivísticos, ou seja, com seu registro em um plano de classificação que permita a compreensão das relações entre este e os demais documentos e com as atividades que os geraram. Nessa lógica, classificar desde a fase de produção documental é um exercício de compreensão da entidade de si mesma, de seu cotidiano, de suas práticas que justificam o seu ser e o seu estar no mundo.

Portanto, a classificação funcional para os documentos de arquivo justifica-se por estar baseada nos seus usos, inclusive daqueles feitos pelo seu produtor. A compreensão das funções, das atividades, das ações e dos documentos, ou seja, da *práxis* da entidade produtora, é o que motiva a operação da classificação funcional.

Entre outras propostas metodológicas de classificação dos documentos de arquivos, Foscarini (2009) e Sabourin (2001) defendem a classificação funcional, alegam ser a mais eficaz nos arquivos, pois além de facilitar o respeito aos princípios da proveniência e da ordem original que são os pilares da Arquivologia, ela permite a compreensão do universo documental, da estrutura da entidade e suas ações ao longo do tempo.

Schellenberg (2006), ao abordar o processo de classificação, afirma que tal função arquivística é uma condição para uma eficiente administração dos documentos modernos e que ela deve estar baseada nos usos que seus produtores fazem dos documentos.

Todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação. Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes. E, para tanto, devem ser arranjados em função do uso que têm em determinadas unidades administrativas de um órgão. Em todos os casos, desde os relativos a importantes assuntos de política até os de operações de rotina, deverão ser agrupados em relação ao seu uso (SCHELLENBERG, 2006, p. 83).

Schellenberg (2006) ao identificar três tipos de classificação mais utilizados nos arquivos públicos americanos – o funcional, o estrutural e por assuntos – defende que a melhor forma é a funcional, uma vez que as funções justificam a própria existência da entidade produtora e, portanto, possuem grande estabilidade ao longo dos tempos. Portanto, o plano de classificação funcional expõe as relações entre funções, atividades e documentos da sua entidade produtora.

Para o arquivista americano, as entidades podem modificar sua organização ao longo de sua existência, no entanto, suas funções, geralmente, continuam as mesmas. Já as classificações estruturais, também conhecidas como organizacionais, podem ser utilizadas para facilitar a compreensão da entidade de seu universo documental. "A estrutura que se imprime a um órgão é determinada, em geral, pelos objetivos ou funções a que se destina. Assim, a organização, frequentemente corresponde à função" (SCHELLENBERG, 2006, p. 86). No entanto, o mesmo adverte que tal forma de classificar deve ser utilizada apenas quando as entidades produtoras possuírem estruturas estáveis com funções e processos de trabalho bem definidos.

A classificação estrutural, chamada por Cruz Mundet (1994, p.241) de classificação orgânica, agrupa os documentos em séries de acordo com as diferentes divisões administrativas ou estrutura orgânica da entidade, reproduzindo seus serviços, seções, unidades. Somente a partir deste nível é possível estabelecer uma classificação estrutural, a qual se realizará hierarquicamente desde as unidades administrativas básicas até as divisões mais amplas.

Observa-se que, na literatura arquivística, a estrutura classificatória aos moldes de uma classificação bibliográfica enumerativa é tratada como uma influência do campo da Biblioteconomia que pouco atende às especificidades dos arquivos., justamente por não evidenciar o contexto de produção e os vínculos entre os documentos, ao contrário, promove seus apagamentos para formar conjuntos, coleções em torno de assuntos, categorias, classes. Schellenberg (2006, p. 93) recomenda que apenas os documentos que possuem exclusivamente usos referenciais e que tenham perdido a sua organicidade sejam classificados dessa forma.

Para Sousa (2014), o documento de arquivo é um artefato humano, cujo conteúdo é delimitado pelo sujeito acumulador. Compreender a forma em que as instituições se estruturam, suas missões, funções e atividades, é entender como os documentos são acumulados, segundo o autor. Dessa maneira, as classificações arquivísticas capazes de evidenciar essas relações facilitam a própria compreensão do documento de arquivo em sua gênese. A identificação arquivística apresenta-se como um importante procedimento nesse sentido, permitindo mapear as funções, as atividades e os tipos documentais da entidade produtora.

Destarte, podemos perceber que a classificação nos arquivos, compreendida como o esforço de organização do produtor de seu universo documental, procura, em seu processo, responder às necessidades de uso de sua comunidade, refletindo às dinâmicas dos próprios atos que os originaram. Ao classificar, enquadrar, criar hierarquias e escalonamentos dos seus documentos, das suas funções e das suas atividades, a entidade produtora procura melhor compreender a si mesma e viabilizar suas ações em seu cotidiano, de forma eficiente e eficaz.

As características elencadas nesta seção revelam-se fundamentais para compreender as diferenças da classificação em relação à descrição e à indexação. A interlocução com outras disciplinas do conhecimento é de extrema importância para a Arquivologia. No entanto, faz-se importante destacar as especificidades de cada área, sobretudo por terem processos análogos em suas nomenclaturas, mas completamente distintos em suas operações como são a classificação e a descrição. Possíveis equívocos ou empréstimos entre estes domínios do conhecimento sem o devido cuidado na realização dos processos podem gerar grandes perdas ou mesmo comprometer a própria compreensão dos documentos de arquivo.

#### 4 Descrição Arquivística

A Arquivologia para atender às demandas informacionais dos usuários de arquivos no que se refere à recuperação dos documentos desenvolveu ao longo dos séculos a descrição como operação arquivística capaz de realizar tal representação e possibilitar o acesso

aos documentos de arquivo. Operação bastante evidenciada nos arquivos permanentes, mas que também tem sido incorporada nas fases corrente e intermediária. Os usos dos documentos de arquivo são múltiplos e as demarcações entre as fases estão cada vez mais fluidas, sobretudo nos ambientes digitais (COOK, 2007).

A descrição arquivística é um processo de representação do documento que se preocupa com sua autenticidade e, portanto, expõe as mediações sofridas por este desde sua produção, passando por todas as suas transmissões. Seu objetivo principal é tornar aparentes os relacionamentos entre o contexto de produção e os documentos em si, além da própria compreensão do arquivo.

A descrição trata de uma complexidade maior, de um todo. Oliveira (2010) afirma que a descrição é uma representação formulada pelo arquivista e a sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é a reconstrução do contexto arquivístico (OLIVEIRA, 2010, p. 46). A elaboração de mecanismos de acesso; a explicitação dos relacionamentos entre os documentos de arquivo e as funções e atividades que lhes deram origem; além do controle do acervo são atividades arquivísticas inseridas no processo de descrição.

A preocupação com o contexto do documento de arquivo, especificidade da descrição na qualidade de operação de representação da informação, atende a um dos dois níveis presentes nos arquivos, relatados por Rousseau e Couture (1998): a informação do conjunto documental que revela as ações, atividades e funções das atividades produtoras. De acordo com os autores canadenses, há outro nível de informação presente nos arquivos, que é a informação contida no documento em si, isoladamente, relacionada mais ao conteúdo do que ao contexto (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 251), a esta o processo de descrição pouco atende.

Segundo Yeo (2013), a descrição é tanto um processo quanto um produto. Um processo, pois trata-se da função arquivística de representação do documento de arquivo e um produto por gerar instrumentos de pesquisa que inclusive auxiliam na gestão dos conjuntos documentais, a exemplo dos inventários que elencam os documentos, detectando possíveis perdas ou extravios. O autor enfatiza que a descrição, acima de tudo, reúne informações sobre o contexto e por essa característica torna-se um elemento essencial no controle dos documentos de arquivo.

Jenkinson (1937, p. 120), ao abordar a importância do contexto no desenvolvimento da descrição, afirma que o arranjo, ao representar a cadeia de custódia, as formas de criação dos documentos e seus usos, realiza uma "defesa moral" dos arquivos por proteger a autenticidade dos registros.

Na Arquivologia, há duas abordagens majoritárias da função arquivística descrição: uma que privilegia fundamentalmente o contexto arquivístico pela compreensão dos documentos como presunção de prova, evidência das ações que a entidade produtora realizou; e outra que enfatiza o acesso e a localização dos documentos, visando o seu uso informacional. [1]

Segundo Yeo (2016), os profissionais que privilegiam o usuário enxergam a descrição arquivística como análoga à catalogação feita pelas bibliotecas. Para os profissionais que privilegiam os documentos, o material de arquivo não faz parte do universo bibliográfico, os documentos e os arquivos não são meras instâncias de conteúdo informativo descritíveis por meio de técnicas um tanto bibliográficas, mas representações de atividades que ocorrem no mundo real, "[...] átomos de atividades em que eles cumpriram seus papéis indispensáveis." (YEO, 2016 p. 136), intimamente ligados às transações que os engendram.

A descrição se ocupa do trabalho de descrever universos complexos, com perspectivas singulares ou múltiplas, procurando representar contextos muitas vezes não delimitáveis e procurando mapear mudanças das instituições que estão em permanente transformação, sobretudo em relação aos suportes que configuram seus documentos e sistemas por onde estes circulam na realidade da obsolescência da tecnologia e na fluidez do mundo contemporâneo (YEO, 2016, p. 147).

O detalhamento previsto como a identificação do produtor, a contextualização com o histórico da proveniência e de custódia, as condições de acesso e uso, as fontes relacionadas, o controle da descrição – elementos previstos em normas como a ISAD (G) e a Nobrade – reafirmam o empenho da função em manter o contexto da produção documental nos arquivos.

*O Manual of Archival Description* (MAD), as *Rules for Archival Description* (RAD), a *Norma Geral de Descrição Arquivística* (ISAD-G) e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE) orientam a realização de descrições retrospectivas, ou seja, processos que se dão a partir dos arquivos permanentes e chegam aos processos de custódia e produção. No entanto, há outros estudos na Arquivologia que discordam dessa perspectiva, alegando que o contexto arquivístico pode ser melhor preservado se funções como a descrição estiverem presentes desde a fase de produção documental.

Na abordagem australiana em torno do *continuum*, a descrição arquivística é um processo que abarca agentes e ações, independentemente da idade de seus documentos ou das condições de sua guarda. Portanto, deve estar em todas as fases, unindo a produção à custódia (CUNNINGHAM, 2005).

De acordo com Bearman (1992), a descrição retrospectiva é falha em diversos quesitos: exige muitos

recursos, causa enormes gargalos de processamento, não registra informações contextuais importantes, deixa de recorrer a banco de dados existentes aos quais boa parte das informações necessárias poderiam ser obtidas.

Assim, a proposta de descrição, na perspectiva dos *records continuum*, deve ser realizada desde a fase da produção documental, interagindo com os regimes de controle da gestão de documentos, não havendo a separação que o modelo de ciclo vital consolidou. As informações descritivas podem ser agregadas progressivamente, durante a vida do documento e, de forma ideal, reutilizadas e redefinidas de acordo com os contextos, as circunstâncias e as necessidades da instituição (CUNNINGHAM, 2005).

Segundo Bearman (1992), a transição para o ambiente eletrônico, tanto na criação, quanto na organização e arquivamento dos documentos de arquivo, tem transferido boa parte do enfoque descritivo para o documento elementar e não para a série. Mesmo no nível mais básico de sua decomposição em partes componentes, os documentos podem revelar redes complexas de relações. A indexação pode auxiliar essa ação.

A descrição a partir dos *records continuum* é definida pela interação dos processos que captura e liga os dados de autoridade com os documentos criados no contexto social e dos processos de trabalho no momento de sua criação e durante toda a sua vida (MCKEMMISH, 2005). A representação do contexto e das entidades são associadas às complexas relações entre eles.

Além disso, a concepção da descrição no *continuum* procura ampliar o alcance dessa função não apenas voltando as atenções para os contextos formais e administrativos dos documentos, mas também considera as visões de mundo envolvidas no processo – dos produtores, termos de indexação, usuários cujos sujeitos de dada comunidade podem ocupar todos esses papéis. Essa percepção sócio-cultural mostra a descrição como um processo parcial e circunscrito pela conjuntura em que se está realizando tal representação.

Pluralizar as equiparações entre os documentos criados, os sujeitos, as atividades com o que já foi e o que ainda será produzido, permite que a descrição se insira em formas de totalidades sociais. Além dos contextos organizacionais, é possível considerar os atores sociais, as transações, os trânsitos, os fatos sociais totais.

De acordo com Yeo (2016), pela descrição ser um processo e um produto de seu tempo e lugar, a forma mais eficaz de desenvolvê-la é considerando seus usos e as demandas dos usuários, procurando perceber as formas que estes interagem com as descrições e com os documentos de arquivo que pesquisam. “Deveríamos reconhecer que diferentes comunidades de interesse lançam diferentes preocupações e percepções sobre os mesmos objetos ou sobre grupos imbricados de objetos, e o desafio será desenvolver sistemas que efetivamente

acomodem vários quadros de referência” (YEO, 2016, p. 156).

Cook (2007) ressalta a importância de incluir no processo de descrição as informações fornecidas pelos usuários, sobretudo com o avanço das tecnologias da informação que apresentam sistemas híbridos com documentos natos digitais, múltiplas atividades que são desenvolvidas por diversas unidades de trabalho sincronicamente, exigindo descrições multiníveis. Ademais, o acesso remoto aos documentos de arquivo tornou-se uma prática comum o que eleva o desafio por formas de representação que facilitem a relação direta entre os usuários e os documentos, no que diz respeito às demandas e às respostas imediatas.

O acesso remoto, incluindo o acesso a documentos digitalizados, também se tornou comum. Qualquer investigação sobre os efeitos desses desenvolvimentos deverá atentar para questões como: a normalização dos códigos de referência, o número e a natureza dos níveis usados nas descrições, a extensão dos campos e a forma de exibição das descrições multinível (COOK, 2007, p. 130).

Entendemos que a descrição não se configura como a única forma de representação dos documentos de arquivo, embora sua importância seja incontestável como foi demonstrado nesta seção. As especificidades de cada comunidade, cada entidade, cada universo documental, cada tempo e lugar precisam ser consideradas na escolha das formas de representação. Ressaltamos que a descrição possui especificidades e propósitos já elencados que são distintos daqueles da indexação. São processos que podem estar associados, mas são independentes entre si.

Couture (1997) aborda os processos de descrição e indexação juntos. Para o autor, ambos fazem parte da política de gestão e organização dos arquivos e estão intrinsecamente ligados durante todo o ciclo de vida do documento. Contribuem não somente para facilitar o acesso, mas para racionalizar, conservar e possibilitar os múltiplos usos dos documentos, inclusive mantendo sua organicidade, possibilitando a melhor compreensão das informações registradas em seu conjunto ou em parte.

A descrição e a indexação, quando associadas na representação dos documentos de arquivo, podem tornar sua recuperação mais eficiente e eficaz. Todavia, tratam-se de processos de representação autônomos e não precisam, necessariamente, estar subordinados entre si.

## 5 A indexação e os arquivos

A indexação faz parte dessa análise por ser um processo de representação dos documentos com objetivos de possibilitar sua recuperação presente ostensivamente no cotidiano dos arquivos. No entanto, é importante salientar que a indexação não se trata de uma função arquivística, tanto por sua formação histórica, ao longo do desenvolvimento de suas aplicações nas unidades de

informação, quanto pela formação de seu *corpus* teórico associado à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação. Ademais, possui a especificidade de fundamentos e princípios constituídos e que a caracterizam como um domínio do conhecimento de aplicação no campo empírico na possível interação homem-máquina.

Por essas questões, o trabalho se propõe a investigar o processo de indexação nos arquivos, mas consideramos equivocado pensar em uma indexação arquivística, ou seja, uma função com matrizes no campo da Arquivologia tal como a classificação e a descrição. Soma-se a isso, que a técnica da indexação se instala em qualquer campo do conhecimento ou universo de documentos. Evidentemente, que os fundamentos e as particularidades de um domínio do conhecimento e sua aplicação são levados em conta na política indexação.

Diferentemente da classificação e da descrição que foram constituídas no domínio dos arquivos, a indexação possui uma trajetória muito próxima à teoria da classificação, esta última com base na Filosofia. A indexação é um processo que surgiu partir da elaboração de índices num período em que não estava tão demarcada a separação entre representação descritiva e representação temática (SILVA; FUJITA, 2004). Um contexto demarcado pelo grande volume documental e a necessidade de elaborar instrumentos que recuperassem rapidamente os mesmos para o desenvolvimento de áreas estratégicas.

Portanto, a indexação pode ser considerada um processo que surgiu da necessidade de recuperar conteúdos específicos dos documentos para viabilizar diversas atividades de seus demandantes. Sua trajetória não está associada à Arquivologia como área do conhecimento, embora sua prática tenha sido realizada nos arquivos desde o aparecimento dos instrumentos de pesquisa com a elaboração dos índices, conforme já mencionado.

Apontamos a indexação como processo capaz de representar os documentos de arquivo a partir da análise conceitual e representação dos seus assuntos, com fins de viabilizar a recuperação futura de tais documentos. De acordo com Beghtol (1986), estabelecer os assuntos (mediante análise conceitual) dos documentos e sistematizá-los em linguagem natural ou controlada é um processo que deve ser baseado nos usos que a comunidade a qual pertence tal acervo faz de seus documentos. Assim, nos arquivos, a indexação possibilita uma recuperação precisa pelo nível de detalhamento da representação, uma vez que procura identificar os conceitos presentes nos conteúdos dos documentos.

Elizabeth Yakel e Laura Bost (1994), em seu estudo sobre os usos dos arquivos pelos serviços administrativos das universidades, *Understanding Administrative Use and Users in University Archives* (1994), demonstram que a maioria das abordagens da

Arquivologia sobre arquivos está voltada para a investigação do comportamento e das necessidades dos usuários nos arquivos históricos, no entanto, os administradores, em muitos casos, são a primeira população usuária dos arquivos.

Yakel e Bost (1994) afirmam que os arquivistas têm sido lentos em estudar os usos administrativos dos arquivos. As autoras qualificam como uso administrativo qualquer demanda direcionada aos arquivos para dar assistência aos administradores-gestores, ao pessoal administrativo, às unidades de trabalho, ou qualquer atividade ou função relacionada a missão da entidade produtora.

Percebemos que as pesquisas realizadas nos arquivos pelos administradores, geralmente, são para resolver questões específicas, com começo e fim imediatos. Os documentos de arquivo em unidades de trabalho apresentam características peculiares: podem ser soluções potenciais para problemas administrativos, assim esperam por encaminhamentos ou podem estar em circulação, ao mesmo tempo, os arquivistas precisam disponibilizar esses documentos nos lugares certos para atender as demandas de uso, inclusive informacional, geradas pelo administrador.

Os processos de trabalho dependem dos documentos e muitas vezes do seu conteúdo informacional para viabilizar suas ações. Os usos administrativos e os usos informativos dos documentos são simultâneos e intrínsecos, não devem ser tratados de formas isoladas nos arquivos. A teoria arquivística dedicou-se durante um longo período aos estudos sobre organização dos arquivos, a partir do desenvolvimento de funções como a classificação e a descrição, e à consolidação dos princípios da proveniência e da ordem original em suas aplicações, assegurando a organicidade dos documentos de arquivo e possibilitando a recuperação do contexto de produção. No entanto, urge pensar técnicas que melhorem a recuperação dos documentos e das informações contidas neles. Estas técnicas devem estar pautadas nas análises dos usos que sua comunidade faz dos documentos.

A representação temática é vista nos arquivos como uma consequência da representação descritiva. A indexação se apresenta como alternativa de recuperar o conteúdo dos documentos a partir da análise centrada nesses, construindo linguagens documentárias verbais, linguagens padronizadas, linguagens controladas – sinônimos dos instrumentos criados com o objetivo de sintetizar e representar o conteúdo dos documentos.

Demasiado ocupados com a proveniência, com a classificação que desde logo constituem outros pontos de acesso à informação, os arquivos chegaram a afastar-se perigosamente de sua verdadeira razão de ser: os usuários. Por sorte esta atitude está se retificando nos últimos anos e prova disso é o papel crescente que a indexação tem entre os instrumentos de descrição (CRUZ MUNDET, 1994, p. 291, tradução nossa).

Cruz Mundet qualifica a indexação como um processo de representação do conteúdo do documento, baseado na construção de linguagens controladas que estabelecerão termos normalizados com o objetivo de sintetizar as informações, facilitando a recuperação do documento pelo assunto de interesse do usuário (1994, p. 292).

O autor estabelece três etapas para o desenvolvimento da indexação a serem adaptadas no tratamento documental nos arquivos: 1 - Análise do documento e determinação de seu conteúdo, prestando atenção aos seguintes elementos: emissor (ator), receptor, canal (procedimento), mensagem (assunto) e contexto, fazendo alusão aqui à teoria do ato comunicativo de Jakobson (1974); 2 - Identificação e seleção dos conceitos/assuntos principais, extraídos do documento mediante análise intelectual e transformados posteriormente em termos de indexação; 3 - Seleção dos termos de indexação que expressam os conceitos dos documentos, mediante termos contidos neles ou através de outros que sejam representativos, baseados em uma linguagem controlada predefinida (CRUZ MUNDET, 1994, p. 292).

Para Cruz Mundet (1994), o indexador precisa extrair do documento os principais conceitos e nomeações, simplificando o processo e diminuindo a subjetividade do analista e, por conseguinte, possibilitando a recuperação da informação de forma mais precisa. Entretanto, devemos mencionar a importância do estabelecimento de políticas de indexação para a realização da indexação.

A Nobrade aproxima o processo da indexação da descrição arquivística ao criar uma área específica, chamada de pontos de acesso e indexação (área oito), com o objetivo de "registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 59). A Nobrade orienta que os termos a serem definidos pela indexação precisam de estudo, definição e avaliação periódica da entidade custodiadora e devem ser baseados na política empreendida para recuperação sistêmica das informações e na política de indexação de assuntos.

A indexação dos assuntos deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora, levando-se em consideração a metodologia e os resultados distintos obtidos pela indexação pré-coordenada, mais comum em sistemas manuais de recuperação de informação, e pela indexação pós-coordenada, mais comum em sistemas informatizados de recuperação de informação (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 59)

Dentre os procedimentos estabelecidos para a realização da indexação pela Nobrade, recomenda-se que os elementos obrigatórios produtor e título devam ser usados na geração de índices. Para a normalização das entradas, a Nobrade indica o uso da **Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística** (ISAAR - CPF), considerando também o **Código de Classificação Anglo-americano** (AACR2) e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como fontes de referência.

A Nobrade indica ainda a construção de um vocabulário controlado para a indexação dos assuntos, procurando usar os termos de fontes institucionais validadoras como a *Library of Congress* e a Biblioteca Nacional ou tesauros especializados (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 60). Apesar da inovação feita pela Nobrade com a inclusão da área de indexação, este processo não faz parte dos elementos obrigatórios estabelecidos pela mesma - código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es), condições de acesso.

Já a *International Standard for Archival Description* (ISAD-G) silencia acerca da representação temática da informação dos documentos de arquivo. Não há nenhuma operação prevista neste sentido nos elementos das sete áreas estabelecidas - identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas, e controle da descrição.

Pret e Cordeiro (2015) apontam, em seu estudo que analisa as publicações no *The American Archivist* e *Archivaria*, que as abordagens da indexação no campo da Arquivologia pouco têm considerado os usos dos documentos em sua fase de produção. Apesar dos usos dos documentos de arquivo serem múltiplos e ubíquos, sobretudo, no caso específico brasileiro, após a aprovação da lei nº 12.527, de acesso à informação; na fase de produção documental, majoritariamente os usos estão associados à realização das tarefas, atividades e funções das unidades de trabalho da entidade produtora. Os documentos e suas informações costumam ser recuperados para viabilizar os próprios processos de trabalho.

Diante dessa perspectiva, propõe-se que na prática da indexação tida como processo de representação dos documentos que auxilia a sua recuperação, sejam contemplados os mapeamentos realizados pelas instituições dos processos de trabalho. Tal procedimento, poderia ser estabelecido já nas diretrizes de indexação na fase de produção documental nos arquivos. As possibilidades de recuperação de informações e assuntos dos documentos fornecidas pela indexação a transformam em um importante processo que viabiliza os usos dos documentos de arquivo, bem como o acesso aos registros. Na fase de produção, tais usos viabilizam a execução dos próprios processos de trabalho pela entidade.



## 6 Possíveis Interseções

A classificação, a descrição e a indexação como processos de representação de documentos para possibilitar a organização e acesso dos mesmos possuem tangenciamentos que facilitam o tratamento e uso da informação nos arquivos.

De acordo com Benjamin (1989), a classificação faz parte da vida cotidiana humana, classificamos para melhor nos entendermos. Esse processo sempre fez parte das preocupações de campos como o da Filosofia, na medida que o agrupamento, a segmentação arbitrária, a circunscrição de objetos, fatos, categorias, saberes facilitam a compreensão do recorte realizado, do micro-universo criado, dos elementos amalgamados formam um todo.

Autores como Couture (1997) e Sousa (2005) apresentam a classificação como a função matricial nos arquivos, pois viabiliza diversas outras a exemplo da avaliação e da própria descrição. A tabela de temporalidade necessita da classificação dos tipos documentais e das atividades para subsidiar as análises de prazo de acordo com o ordenamento jurídico e as rotinas administrativas. Outrossim, os processos de classificação, também chamado de arranjo nos arquivos históricos, e de descrição são abordados conjuntamente como funções arquivísticas desde 1898 com o **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**, publicado pela Associação dos Arquivos Holandeses.

A descrição parte das próprias unidades classificadas para realizar a sua função, ou seja, elegem-se fundos, séries ou conjuntos documentais para serem descritos (SOUSA, 2014). A representação descritiva, como fora apresentado anteriormente, procura tratar das estruturas e métodos de organização da entidade produtora. A manutenção do contexto de produção, tal como na classificação, é um compromisso da descrição. Enquanto na classificação as evidências do contexto e dos vínculos arquivísticos entre os documentos se materializam na própria hierarquia entre funções, atividades e tipos documentais; na descrição, essas evidências estão dispostas na história administrativa e na história de proveniência da entidade descrita.

A indexação, que não possui sua história associada aos arquivos, mas aos campos como a Teoria da Classificação, a Documentação e a Ciência da Informação, tem sido utilizada nos arquivos para auxiliar na representação temática dos documentos de arquivo. No Brasil, a descrição procurou incorporar a indexação em suas atividades para atender às demandas por conteúdos expressos nos documentos que passam ao largo do processo de descrição.

Uma das principais críticas enfrentadas pela descrição arquivística é que sua complexidade e grau de detalhamento dos instrumentos de pesquisa muitas vezes dificultam a compreensão do documento. Outra

ponderação existente no campo é que tal processo preocupa-se mais com a representação da entidade produtora do que com as necessidades de uso da comunidade a qual pertence seu arquivo (COOK, 2007). A Nobrade prevê em sua área 8, pontos de acesso e indexação de assuntos, essa aproximação da descrição com a indexação, procurando garantir a representação descritiva e temática dos documentos.

A qualidade da indexação pode ser avaliada por alguns fatores técnicos, contudo por vezes procura-se verificar a combinação entre os conceitos nomeados que representam os documentos e as demandas de busca. Entretanto, a indexação também em sua representação deve discriminar as informações que os usuários consideram utilizáveis daquelas que eles acreditam não sê-las (BLAIR, 2006, p. 310). Os documentos recuperados costumam ser julgados por serem úteis ou não, e alguns documentos podem ser mais úteis do que outros.

O sucesso na recuperação de um documento é medido, geralmente, pelos graus de efetividade e somente sob circunstâncias especiais o documento pode ser considerado correto ou não, ou seja, corresponde exatamente à demanda expressa na pergunta do usuário ao Sistema de Recuperação da Informação. No entanto, Blair destaca que muitos documentos, apesar de não atenderem exatamente ao que foi demandado, podem ser úteis ao usuário por estarem muito próximos ao que foi requerido. “O padrão para avaliar a eficácia da recuperação dos documentos deve ser a utilidade desses e não se eles são corretos ou não” (BLAIR, 2006, p. 314, tradução nossa).

Assim, consideramos que apesar de serem processos com naturezas próprias, a classificação, a descrição e a indexação quando atuam conjuntamente nos arquivos potencializam e transformam a recuperação de documentos em um processo de grande êxito.

## Conclusão

Assim sendo, chega-se neste ponto de chegada, que também pode ser considerado um ponto de partida, uma vez que as questões aqui apresentadas sobre a classificação, a descrição e a indexação nos arquivos são indiciais e abordam de maneira sucinta complexas teorias acerca desses processos. Portanto, não se exauem, pelo contrário, sugerem, a partir de um olhar, aproximações de processos importantes na organização, tratamento e representações dos documentos de arquivo, entretanto, respeitando suas especificidades.

A classificação arquivística objetiva representar o universo documental do arquivo. Trata de um todo, procurando evidenciar as relações entre documentos, atividades, funções da entidade produtora, inclusive entre si. Processo que prima pela manutenção do

contexto de produção e do vínculo arquivístico dos documentos.

Já a descrição arquivística procura representar o documento de arquivo, não para exibir as relações de hierarquia, subordinação, coordenação entre funções, atividades e documentos, mas para promover o acesso e controle dos documentos por meio de instrumentos de pesquisa. Todavia, assim como a classificação, a descrição procura manter a organicidade e o contexto de produção dos documentos, registrando o produtor, a proveniência, o histórico de custódia, o conteúdo e a estrutura, além de informar sobre condições de acesso do documento de arquivo. Como fora abordado neste trabalho, a descrição arquivística procura detalhar o histórico do documento, preservando as características que o definem como prova, evidência das ações que os produziram.

A indexação em suas duas dimensões – a análise conceitual dos documentos e a representação (tradução) de seus assuntos para linguagens documentárias – revela-se um importante processo de representação dos documentos e de suas informações. Contudo, diferentemente da classificação e da descrição, não possui o comprometimento com o contexto de produção e com a organicidade dos documentos de arquivo. Seu propósito é viabilizar a recuperação do conteúdo de seus documentos a partir dos seus usos.

Por fim, oferecemos alguns apontamentos acerca dos processos de classificação, descrição e indexação nos arquivos, a partir da revisão de literatura nos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, sem qualquer pretensão de esgotar tal problematização, mas com a intenção de apresentar possíveis vetores para novos estudos que reflitam sobre essas práticas sociais como os usos dos documentos de arquivo por suas comunidades.

#### Notas

[1] A abordagem da descrição arquivística voltada para a representação do contexto e da preservação do documento como prova de ação é a mais encontrada na literatura arquivística, segundo Yeo (2013), inclusive em normas como a Nobrade, a ISAD(G), as RAD e o MAD. Já autores como Ribeiro (2011), Couture (2003), Ribeiro, Gagnon-arguin (1997) vão refletir sobre o processo considerando o conteúdo informativo do documento a fim de facilitar seu acesso e uso. Esses autores vão considerar o contexto de uso, o conjunto documental e a demanda do usuário como preocupações da função descrição.

#### Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, v. 42, n. 2, p. 84-113, Jun., 1986.
- BENJAMIN, W. Desempacotando minha biblioteca. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 2. p. 227-234.
- BLAIR, D. **Wittgenstein, language and information**. Back to the rough ground! Michigan: Springer, 2006.
- COOK, M. Desenvolvimentos na descrição arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, jan./dez. 2007.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- CORTÉS ALONSO, V. **Archivos de España y América: materiales para un manual**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- COUTURE, C. La description et l'indexation. In: \_\_\_\_\_. **Les fonctions de l'archiviste contemporaine**. Quebec: Presses de l'Université du Quebec, 1997. p. 255-353.
- CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruipérez/Pirámide, 1994.
- DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14- 33, abr. 1982/ago. 1986.
- FOSCARINI, F. **Function-based records classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks**. Vancouver: University British Columbia, 2009.
- GAGNONARGUIN, L. Documentary analysis 2: Current problems relating to documentary analysis. **Archives** (Quebec), Quebec, v. 28, n. 3, p. 23-41, 1997.
- HEREDIA HERRERA, A. **Manual de Archivística Básica: gestión y sistemas**. Madrid: Archivo Histórico Buap, 1991.
- JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. Londres: P. Lund, Humpries & co., 1937.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: Anabad, 1993.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: Eduff, 1996.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método en archivística. **Documenta e Instrumenta**. Madrid, v. I, 2004, p. 35-46. Disponível em: [www.ucm.es/info/document/htm/default.htm](http://www.ucm.es/info/document/htm/default.htm). Acesso em: 2 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciência. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995.

OLIVEIRA, L. M. V. **Modelagem e status científico da descrição arquivística nos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A indexação como ferramenta da gestão de documentos nos arquivos. In: **Encuentro Ibérico EDICIC: Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital**, 7., 2015, Madrid. Anais... Madrid, 2015.

REED, B. Metadata: Core Record or Core Business? **Archives and Manuscript**, Londres, v.25, n. 2, p. 218-241, 1997.

RIBEIRO, F. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. In: SOUZA, F. F.; SANTOS, E. C. A. **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011

ROUSSEAU, J. ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SABOURIN, P. Constructing a function-based classification system: business activity structure classification system. **Archivaria**, 51, 137-154, 2001.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L.A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, 2004, v.16, n.2, p.133-161.

SOUSA, R. T. Alguns apontamentos sobre a classificação do documento de arquivo. **Brazilian**

**Journal of Information Science**: research trends, v. 8, n. 1-2, 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246/3085>. Acessado em 20 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Classificação em Arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. 2005. 245f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

YEO, G. Archival description in the era of digital abundance. **Comma**, v.2, p.15-25, 2013.

YAKEL, E.; BOST, L. Understanding administrative use and users in university archives. **The American**.